

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
29 de outubro de 2017 - Nº 592 - www.sindipetrocaxias.org.br



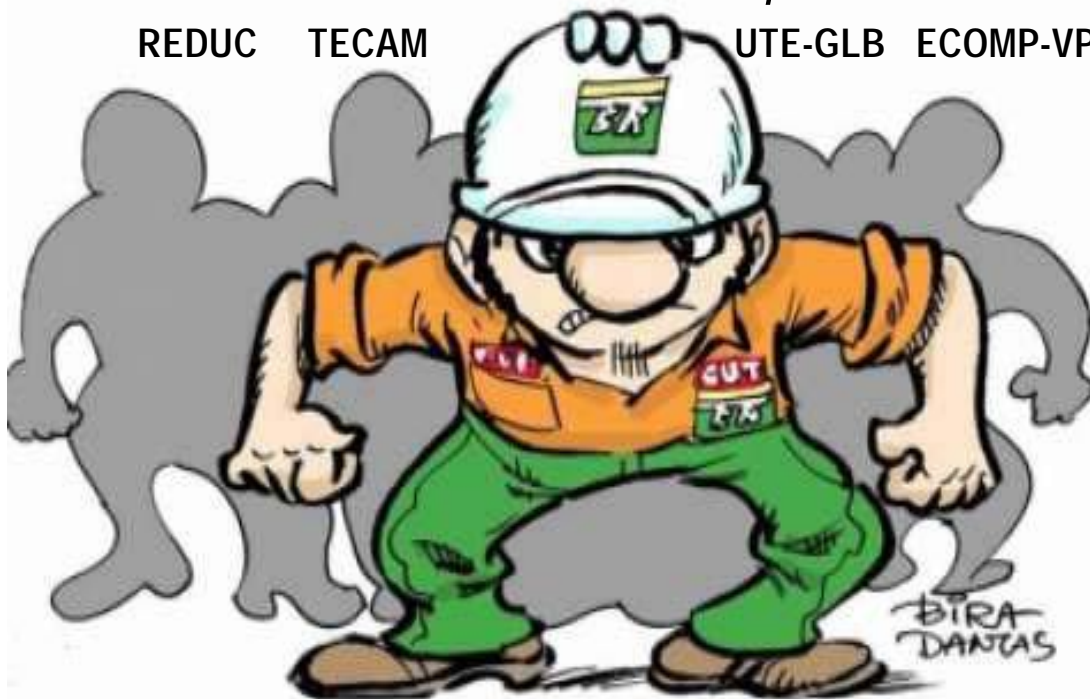
Dia 1 de novembro de 2017 é dia luta

No dia 01 de novembro, haverá ato em todas as bases dos sindicatos filiados à FUP em defesa do ACT com nenhum direito a menos e contra a reforma trabalhista. Neste dia, o Sindipetro Caxias inicia atrasos e coletas de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, uma iniciativa da CUT para barrar o retrocesso nas relações de trabalho. Cabe lembrar que o “Ato Nacional contra a Reforma Trabalhista”, chamado pelas Centrais Sindicais, será realizado no dia 10 de novembro.

O presidente do Sindicato, Simão Zanardi, convoca a todos os petroleiros a participarem desta mobilização do dia 1º e da coleta de assinatura, para isto, é necessário ter o número do Título de eleitor, zona e seção. Participe!

Ato no Arco da REDUC, às 7h

REDUC TECAM UTE-GLB ECOMP-VP



Petrobrás ameaça Petroleiros e chama categoria para greve

No mesmo dia em que o Sindicato do Amazonas, filiados à FUP, conseguiu com que fosse imposta a Liminar que barrou temporariamente o Leilão do Pré-Sal, e com o prazo de vigência do Acordo Coletivo de Trabalho se aproximando, no dia 10 de novembro, a Petrobrás agendou nova rodada de negociação para o dia 03 de novembro,

no Rio de Janeiro.

A empresa também comunicou à Federação Única dos Petroleiros que vai apresentar sua última proposta na semana que antecede o dia 11, quando passa a valer as regras da contrarreforma trabalhista. Uma ameaça clara para toda a categoria, caso os petroleiros não aceitem o acordo proposto, passa

a valer a CLT. O Coordenador Geral da FUP, Zé Maria Rangel, convoca os trabalhadores “não podemos deixar que nenhum direito seja retirado do nosso acordo. Os petroleiros vão ter que responder com unidade nacional na greve contra a retirada de direitos que a empresa está ameaçando. Este acordo terá o tamanho da nossa luta”.



Eleições do Sindipetro Caxias: 6 a 9/11/2017

A Comissão Eleitoral se reuniu no dia 26/10 e publicou seu informativo com as chapas inscritas. Foram inscritas duas chapas, a Chapa 1: Unidade Nacional Contra o Golpe e a Chapa 2: Reage Petroleiro, que estão sendo divulgadas. Ambas as chapas já estão em campanha, solicitando o voto dos associados para as eleições que ocorre-

rão entre os dias 6 e 9 de novembro.

Nos dias 30 e 31/10, abre o prazo de impugnação de nomes das chapas, para atender o critério do regimento: todos os associados tem que ter 30 dias de antecedência de filiação e quitação da mensalidade, tendo como referência a assembleia eleitoral ocorrida em 20 de outubro de 2017.



Com o objetivo de denunciar a entrega do Pré-Sal no leilão que aconteceu no dia 27, no Rio de Janeiro, a direção do Sindipetro Caxias junto da FUP e dos movimentos sociais participaram do ato unificado no centro da cidade. Os petroleiros se concentraram no início da manhã em frente à sede da ANP, na Av. Presidente Vargas e caminharam até a entrada do edifício sede da Petrobrás, o Edise, na Av. Chile.

Os petroleiros denunciaram a en-

trega do Pré-Sal por R\$ 0,01 o litro, como está previsto nos editais dos leilões, cujos bônus de assinatura para oito blocos exploratórios são menos da metade do que foi cobrado para o campo de Libra, em 2013, quando houve a primeira rodada de licitação do Pré-Sal sob o regime de Partilha. Na ocasião, o governo arrecadou R\$ 15 bilhões e agora, doou os blocos de alta produtividade por R\$ 6,15 bilhões, desvalorizando ainda mais, já que a pretensão era de arrecadar R\$ 7,75 bilhões. Ou seja, cada barril com 159 litros saiu por muito menos de R\$ 1,50 ou menos de 01 centavo o litro.

O desemprego em massa causado pela desindustrialização do país é outra conta do golpe que está sendo imposta à população com a entrega do pré-sal e o desmonte da política de conteúdo local. Temer está aprovando a toque de caixa no Congresso Nacional a Medida

Provisória 795, um pacote de isenções fiscais para as petrolíferas. As multinacionais serão as maiores beneficiadas, pois estarão livres de taxações para importar plataformas, equipamentos e demais produtos da cadeia produtiva do setor que poderiam estar sendo construídos no Brasil. O preço dessa renúncia fiscal que Temer e os demais golpistas querem aprovar às pressas custará caro ao país: R\$ 1 trilhão, segundo estudos da Assessoria Legislativa da Câmara, e milhares de desempregados.

Fonte FUP



Ofensa aos petroleiros da TRANSPETRO



Como se não bastasse as mazelas do TECAM como o fim da vigilância patrimonial própria e o contrato rebaixado dos motoristas, agora a advogada da Petrobrás cedida à TRANSPETRO disse em audiência pública no TST, no dia 27, que a subsidiária não é uma empresa de petróleo e, por isso, não pode pagar a RMNR como a Petrobrás.

A Doutora cedida, no mínimo desconhece a Lei 5.811/72, que trata dos

regimes de trabalho de toda categoria petroquímica, inclusive a de transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

Mentiras na Corte

Os trabalhadores da TRANSPETRO presentes no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, ou que acompanharam a audiência pública pela internet, no dia 26, ficaram indignados com a fala da advogada e ainda com os demais advogados que afirmaram que a dívida da RMNR Transpetro com os trabalhadores, chega próximo do lucro anual da companhia.

Parece até que os trabalhadores são idiotas diante dos absurdos contados pelos

advogados da empresa, uma vez que o último lucro líquido da companhia chegou próximo aos 300 milhões de dólares.

Segundo o diretor do Sindipetro Caxias, Paulo Cardoso, a TRANSPETRO é a subsidiária que mais lucra no sistema Petrobrás e por isso a companhia não tem competidores no mercado a um preço operacional tão baixo, uma vez que a Holding a tem como braço logístico e estratégico.

O Sindipetro Caxias orienta aos trabalhadores que não se sintam intimidados com as mentiras gerenciais e rebatam com dados e números todas as vezes que forem depreciados por estes Sofistas Cedidos.

Histórico da RMNR e seus antecedentes

No dia 27/10, ocorreu no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, uma Audiência Pública sobre a RMNR para que as partes envolvidas se manifestassem sobre o tema. Após esta audiência deverá ser marcada o julgamento da RMNR.

O presidente do Sindipetro Caxias, Simão Zanardi, participou da audiência defendendo o interesse dos trabalhadores da REDUC, TECAM, UTE-GLB e ECOMP-VP.

Histórico da RMNR

Até 1997, no governo FHC, a Petrobrás pagava Adicional de Periculosidade a todos os trabalhadores, tanto em áreas industriais como em prédios administrativos. Havia um descontentamento dos trabalhadores em áreas industriais que lutavam pela isonomia, ou seja a incorporação do adicional e a concessão da Periculosidade onde couber. Esta situação gerou várias ações judiciais.

Neste mesmo ano, o Ministério Público do Trabalho proibiu a Petrobrás de continuar concedendo Adicional de Periculosidade nos prédios administrativos. A empresa ao invés de cortar o adicional, impôs no ACT a criação da Vantagem Pessoal Periculosidade mantendo assim o pagamento com outro nome e no mesmo valor de 30%. Além disso, foi retirado a

cláusula de Mobilidade por antiguidade na carreira de 12, 18 e 24 meses.

Esta solução inadequada da Petrobrás beneficiou novamente os trabalhadores em prédios administrativos. A categoria continuou na luta pela isonomia da VP-Periculosidade.

No ano de 2004 a FUP e os sindicatos conquistaram uma cláusula no ACT onde a Petrobrás se comprometia a fazer um novo PCAC. Em 2007 começa as negociações do PCAC e nossa meta era resolver: estrutura dos cargos e carreira, enquadramento e valorização, mobilidade e retroatividade, reparação dos trabalhadores que ficaram sem progressão e isonomia da VP-Periculosidade

A Petrobrás novamente fez uma imposição para beneficiar os trabalhadores novos, que não tinham Adicional de Periculosidade e nem VP-Periculosidade, criando a RMNR.

De novo, houve uma solução inadequada, pois os que tinham Adicional de Periculosidade ou VP-Periculosidade receberiam 2%, 3% ou 4% dependendo da região do país, enquanto os trabalhadores novos em prédios administrativos receberiam 32%, 33% ou 34%, a título de complemento da RMNR.

Esta medida gerou novos conflitos e ações judiciais, pois agora todos os

adicionais ficaram comprimidos dentro desta remuneração.

Em 2013, o TST pacifica o cálculo da RMNR, criando jurisprudência para o pagamento de todos os adicionais por fora desta remuneração.

A Petrobrás, em 2014, age com má fé e tenta incluir uma nota de rodapé (fonte 2), nas tabelas de RMNR, incluindo assim os adicionais dentro do cálculo da remuneração. Os dirigentes sindicais denunciam a situação e a empresa retira a nota.

Então a Petrobrás provoca um Dissídio Coletivo de Natureza no TST afim de que o tribunal interpretasse não o que estava escrito no acordo, mas sim o “espírito” da negociação. Este dissídio não teve acordo e nem foi julgado, sendo suspenso. O TST criou então um procedimento para instaurar um Incidente Jurisprudencial de Recurso Repetitivo em dois embargos de Recurso de Revista sobre a RMNR e para fomentar o debate previu esta audiência pública do dia 27/10. O próximo passo agora será o julgamento deste incidente jurídico para só então ser dado andamento ao julgamento do Dissídio Coletivo de Natureza Jurídica.

O Sindipetro Caxias continua na luta em defesa da valorização dos trabalhadores em áreas industriais para que seus direitos sejam respeitados.

INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTE DE QUEM É A CONTA?

O Sindipetro Caxias esteve presente na reunião do Grupo de Investigação do Acidente do trabalhador terceirizado que teve o dedo lesionado ao manusear um pranchão que serviria como apoio ao patolamento de uma máquina na área da manutenção.

O Sindicato se recusou a assinar o relatório, pois o grupo concluiu por culpa do trabalhador como causa básica, baseado no preenchimento da AST – Análise de Segurança da Tarefa, já que se entende que o acidente ocorrido é expressão de algo muito maior que ocorre ao longo de anos na refinaria no setor da manutenção: a precarização.

Isso deve-se a manutenção ter sido continuamente sucateada pela economia imposta que vai na contramão da segu-

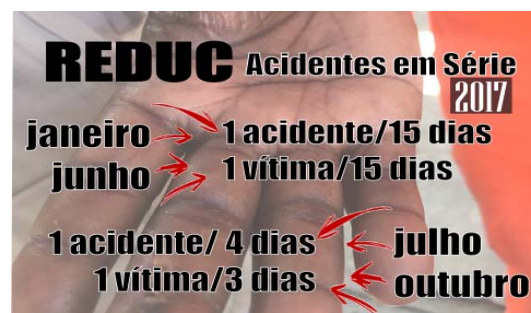


rança. E agora que a conta bate à porta, a empresa quer culpar o trabalhador?

Fato curioso é que o trabalhador foi atendido no Hospital Daniel LIPP e teve a CAT emitida com afastamento. No dia seguinte, teve alta pela manhã. Com o dedo enfaixado (e permanece com curativos até hoje), saiu direto do hospital para a REDUC. Questionado sobre como está fazendo os curativos, o próprio trabalhador informou que estão sendo feitos no setor médico da refinaria. Ou seja, a REDUC continua com a prática de atendimento ambulatorial já denunciada às autoridades.

Quanto à AST, há algum tempo, a empresa passou a aplicar o formulário, sendo dever do trabalhador terceirizado preencher o documento e assiná-lo antes da realização de seu trabalho. Segundo entendimento da gerência, ao verificar os itens da lista, o trabalhador deve se abster de iniciar o trabalho até que se regularize a situação.

Entendemos que o trabalhador terceirizado é a parte mais fraca, pois sabemos que no dia-a-dia, longe das salas com ar condicionado e belas mesas onde habitam



os seres pensantes, se esse trabalhador levantar questões que possam atrasar o início das atividades estará colocando em risco seu próprio emprego.

Se a empresa tivesse de fato interesse na segurança e na saúde dos trabalhadores, não teria acabado com a figura do fiscal de manutenção, que era um trabalhador próprio da manutenção e que por isso tinha mais tranquilidade de dizer não quando necessário. Ao contrário, o que tem acontecido é uma diminuição dos técnicos de manutenção da refinaria que contribui para o aumento dos acidentes.

O Sindipetro Caxias não pactuará jamais com a política medíocre de economia sem qualquer inteligência praticada pelos gestores. Já estamos pagando a conta do golpe. Agora a empresa que suporte a conta da sua irresponsabilidade.

Sindicato exige manutenção de Air Cooler na U-1790

A direção do Sindipetro Caxias recebeu uma denúncia de que a gerência da REDUC iria recolocar o trocador de calor (AIR COOLER) E-7908 A da Unidade U-1790. Cabe ressaltar que os tubos deste equipamento estavam apresentando vazamento e tinha sido retirado de operação para manutenção. Ocorre que o gerente deu ordem, na manhã do dia 23/10 para que o equipamento retornasse a operação.

Cabe ressaltar que este equipamento trabalha com o produto PROPANO, à temperatura de 250 graus Celsius e com a pressão de 27 Kg/cm². A Inspeção de Equipamentos não tinha autorizado a operação deste equipamento.

Sendo assim, o Sindicato enviou ofício à REDUC solicitando a manutenção do equipamento e que fosse inspecionado pela engenharia de equipamento antes do

retorno à operação, a fim de evitar mais um acidente. Além disso, denunciou ao MTE o risco grave e iminente desta atitude inconsequente da gerência.

Após denúncia do Sindicato, a gerência desistiu de colocar o equipamento em operação, realizando sua manutenção e fazendo os testes necessários para que o equipamento voltasse a operar com segurança e com o aval da Inspeção de Equipamentos.

Esclarecimentos da Direção do Sindipetro Caxias

A oposição à atual diretoria do Sindipetro Caxias vem noticiando que o Plano Petros II está quebrado e que seus participantes irão pagar o pato. Esta notícia é falsa, pois não existe déficit neste plano. A direção do Sindicato alerta para os trabalhadores não saírem do plano, pelo contrário, estimula o seu fortalecimento.

Outra mentira contada é sobre a eleição. Não existe antecipação de eleição ou golpe. As eleições ocorrem conforme prevê o estatuto do Sindicato, devendo ocorrer 60 dias, no máximo, e 30 dias, no mínimo, antes da posse que é 19/12.

A atuação da direção tem demonstrado, ao longo do tempo, muita luta e conquistas para a categoria. Não procede, agora, por questões eleitorais, falar que nada fizemos. Cabe ressaltar que a luta em defesa da Saúde e Segurança e contra os Acidentes de Trabalho feitos pelo Sindipetro Caxias é referência nacional para os demais Sindicatos.

A direção não tem entrada franqueada na refinaria para fazer seu trabalho, ao contrário da oposição que está com apoio da gerência e liberados para correr as áreas.

A unidade na luta está sendo cons-

truída por esta direção, participando de atos conjuntos com todas as forças, como foi o Ato contra o Leilão do Pré-Sal, em plenárias e na própria audiência da RMNR.

Cabe destacar que na oposição não tem nenhum integrante da FUP, como foi divulgado por eles. Estas mentiras são contadas para confundir a categoria. A oposição deveria assumir o seu lado e não se esconder atrás do discurso da “falsa unidade”, como fez o MBL e outros movimentos fascistas e golpistas.

Golpistas, fascistas, não passarão!